



SEÇÃO: ARTIGOS LIVRES

Os atos fascistas do 8 de janeiro de 2023: Uma análise sob a perspectiva de defesa e segurança nacional*The fascist acts of 8 January 2023: An analysis from the perspective of defense and national security***Igor Vieira de Almeida****Araújo¹**orcid.org/0009-0007-5700-2647igoraraujo.aluno@unipampa.edu.br**Rafael Balardim¹**orcid.org/0000-0003-0956-8455rafaelbalardin@unipampa.edu.br**Recebido em:** 07 nov. 2023.**Aprovado em:** 01 fev. 2024.**Publicado em:** 12 mar. 2024.

Resumo: A proposta deste texto é analisar o atentado fascista brasileiro sob a ótica conceitual de defesa e segurança nacional. A partir de uma investigação bibliográfica que tem como escopo as conjunturas do Brasil nos anos 2022 - 2023, a análise encontra-se calcada na seguinte questão: quais foram as consequências dos ataques do 8 de janeiro para a segurança e defesa nacional? A hipótese desse problema reconhece que os ataques abalaram a confiança nas instituições nacionais, evidentemente, o papel das Forças Armadas, e foram expostos pontos de estrangulamento em relação à capacidade do Estado em proteger suas instituições democráticas. Confirma-se, portanto, a veracidade da hipótese, e julga perigoso o processo de militarização das estruturas democráticas presentes no Brasil.

Palavras-chave: Polarização; Defesa Nacional; Segurança Nacional; Forças Armadas.

Abstract: This text aims to analyze the Brazilian fascist attack from the conceptual perspective of defense and national security. Based on a bibliographical investigation that focuses on the current situation in Brazil in the years 2022 - 2023, the analysis is based on the following question: What were the consequences of the January 8th attacks for national security and defense? The hypothesis of this problem recognizes that the attacks undermined confidence in national institutions, evidently the role of the Armed Forces, and exposed bottlenecks concerning the State's ability to protect its democratic institutions. Therefore, the veracity of the hypothesis is confirmed, and the militarization of the democratic structures present in Brazil is considered dangerous.

Keywords: Polarization; National Defense; National Security; Armed Forces.

1 Introdução

Notoriamente, dimensões como democracia, soberania, segurança e defesa nacional são preocupações permanentes de qualquer político e, conseqüentemente, do Estado. A conciliação entre essas interfaces teve um maior aprofundamento a partir de 2005, com a publicação do documento *Política Nacional de Defesa* (PND) (Casa Civil, 2005), em que a discussão dessas temáticas corroborou para criação de conceitos que norteiam a atuação do Estado brasileiro dentro e fora de suas fronteiras.

Tendo isso em vista, a proposta deste texto é analisar o atentado terrorista brasileiro sob a ótica conceitual de defesa e segurança nacional, levando em consideração suas premissas e o seu campo de atuação frente ao ocorrido. Metodologicamente, o trabalho se utiliza de uma



¹ Universidade Federal do Pampa, Sant'Ana do Livramento, RS, Brasil.

pesquisa explicativa na qual, segundo Gil (2007), preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Para além disso, o processo de coleta de dados se deu principalmente por meio da pesquisa em textos acadêmicos e notícias veiculadas a grandes mídias que versavam sobre o tema. Por fim, a análise dos dados também se pautou na seleção de textos majoritariamente governamentais e, no que tange às notícias, fez-se necessária uma seleção minuciosa das informações bem como a avaliação da confiabilidade e validade das fontes em um recorte temporal dos anos de 2022-2023.

Dessa forma, a análise encontra-se calcada na seguinte questão: quais foram as consequências dos ataques fascistas do 8 de janeiro em Brasília para a segurança e defesa nacional? A hipótese desse problema reconhece que os ataques abalaram a confiança nas instituições nacionais evidentemente o papel das Forças Armadas e sua legitimação quanto ao desdobramento dessas incursões, expondo pontos de estrangulamento em relação à capacidade do Estado em proteger suas instituições democráticas.

Nesse sentido, o texto encontra-se dividido em três seções para além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, é apresentada a conjuntura político-partidária das eleições de 2022 e sua consequência e polarização entre o bolsonarismo e o lulismo. No segundo capítulo, são abordados conceitos fundamentais de Defesa e Segurança Nacional que nortearam esta análise. Por fim, na última seção, é tratada a contradição entre o papel teórico e prático de duas grandes instituições brasileiras, as Forças Armadas e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR). Essas, notoriamente, foram peças fundamentais quanto ao intento fascista em Brasília e suas atuações são de extrema relevância.

2 Contexto da polarização político-partidária do Brasil recente

O conceito de polarização pode ser empregado quando se constata a presença de dois

polos que conduzem processos de identificação, limitando a complexidade de tendências ou identidades políticas, no cenário brasileiro, a duas alternativas: o bolsonarismo e o lulismo. As eleições de 2022 esculpiam novamente uma sociedade brasileira afetivamente polarizada. De acordo com Nunes (2022, 6), "os eleitores agora passam a se ver em campos antagônicos como inimigos e não mais como adversários". Isso significa dizer que os partidos políticos antagonizam agora uma disputa em que sua polarização ultrapassa o campo eleitoral e atinge, notoriamente, a sociedade brasileira.

No contexto político, esquerda e direita configuram alas antagônicas, que escudam valores e princípios opostos. O destaque no cenário moderno é que nas últimas eleições presidenciais no Brasil, essa antagonização culminou níveis radicais e, em grande parte, seguida de uma onda de ascensão de líderes de extrema direita por todo o mundo (Singer, 2021). É de suma importância ressaltar que o Brasil já experienciou altos níveis de polarização, como por exemplo em 1964, ano do golpe ditatorial militar, emergindo novamente na política contemporânea a partir de 2013, com o movimento "Vem pra rua" e, posteriormente, o impeachment ilegal de Dilma Rousseff. Nesse sentido, Bolsonaro reacende o discurso conservador de uma direita simpática à ditadura e, portanto, direcionado contra o Partido dos Trabalhadores (Boito Jr., 2021; Petrarca, 2021).

Dessa forma, o ex-presidente da República sublinhou, em seus discursos, a ideia de combater a chamada velha política corrupta, a necessidade de conter um perigo iminente na sociedade que "ameaçava" as famílias, os valores morais e o cidadão de bem. Assim, Bolsonaro julgava que o perigo estaria em grupos internos ao país, como indígenas, negros, membros da comunidade LGBTQIA+, dentre vários outros. À vista disso, o discurso utilizado criava progressivamente um ambiente de constante temor no qual "a direita religiosa reafirmou o seu posicionamento de que a esquerda, mais especificamente o Partido dos Trabalhadores (PT), tinha um projeto de perseguição aos cristãos e a seus valores morais"

(Santos, 2022, 3).

Esse discurso maniqueísta se capilarizou dentro da base de apoio mais religiosa de Bolsonaro e foi amplamente disseminado nas redes sociais. Consequentemente, criou-se um antagonismo político entre grupos favoráveis ao presidente e grupos contrários a ele, sendo este último alvo de múltiplos ataques² não somente pelos bolsonaristas, mas também pelo próprio ex-presidente e seus aliados dentro do governo, reforçando assim, um cenário de hostilidade e polarização na sociedade brasileira (Boito Jr., 2021).

Nesse sentido, as eleições de 2022 apresentaram aspectos muito específicos. Foi a primeira eleição em que um presidente concorreu enfrentando um ex-presidente, abrindo espaço para comparar os legados deixados pelos dois líderes e a efetividade de suas políticas públicas. Assim, ficou evidente que essa eleição se deu em um campo de retrospecto, no qual o que foi feito e conquistado em cada governo foi julgado, para que a sociedade decidisse o seu futuro.

Em uma conjuntura polarizada, o lugar para debater e comparar propostas surge, evidentemente, de uma alternativa para além da dicotomia – a terceira via – justamente porque essa não apresenta realizações no governo. A polarização, no que lhe toca, ecoa nas adesões ideológicas dos eleitores brasileiros, ampliando a distinção entre polos e a uniformização interna de cada um. Dessa maneira, o alinhamento sobre temáticas políticas e questões ideológicas passam a ser cada vez mais relevantes e, nesse momento de polarização, suas nuances já não são mais visíveis (Rennó e Ames, 2014). Além disso, as eleições de 2022 apresentaram outro aspecto muito importante: foram realizadas em um cenário pós-pandêmico. Assim, as decisões tomadas pelo governo na pandemia passaram a fazer parte da campanha eleitoral do, até então, atual presidente. Politizando profundamente a pandemia, Bolsonaro a utilizou como forma de justificar o negativo quadro econômico brasileiro

(Rennó e Ringe, 2022) e, como podemos ver, sua atuação frente ao vírus refletiu fortemente em sua derrota eleitoral.

Por fim, no último aspecto, e talvez o mais relevante para essa pesquisa, as eleições de 2022 se deram em uma conjuntura de questionamento e problematização crescente da democracia brasileira por boa parcela da população e pelo próprio Presidente. Em concordância com Dahl (2005), o método analítico usual sobre a operação das instituições políticas em governos poliárquicos parte da premissa de que os atores governamentais exercem suas funções sem o objetivo de abalar as próprias instituições. Portanto, as disputas ocorrem dentro dos termos propostos pela Constituição, considerando-se direitos básicos dos múltiplos agentes e respeitando, no mínimo, as regras do jogo político. Em linhas gerais, em governos poliárquicos se espera, por parte dos atores políticos, uma autocontentação que possibilite a conservação da institucionalidade democrática.

No entanto, tal expectativa não é atendida por quem procura deliberadamente romper com o regime, seja impondo uma autocracia plena, seja estabelecendo o que se tem intitulado como “democracias iliberais”. É este o caso do ex-presidente extremista Jair Bolsonaro, que, continuamente, agiu no sentido de corromper o sistema de freios e contrapesos, desgastar agentes institucionais e desenvolver um processo contínuo de deslegitimação de setores do Estado. Dessa forma, durante seu governo, o enfraquecimento da institucionalidade do Estado de Direito promoveu graves ameaças à prematura democracia brasileira.

O ataque do 8 de janeiro comprovou ser o apogeu mais dramático desse processo de boicote à democracia, uma atitude desesperada de tentar adquirir, em última instância, aquilo que não foi possível obter nos quatro anos anteriores. Assim, embora as evidências possam revelar grande simpatia das forças de segurança ao ex-presidente,

² De acordo com Struck (2022), a violência eleitoral ocorrida em 2022 e averiguada por meio de um levantamento realizado por organizações de Justiça Global e Terra de Direitos, alcançou o patamar de 247 casos. Tal número configura um aumento de 400% em relação ao número de episódios registrados em 2018, que já eram considerados altos e que marcaram as eleições de 2018 como uma das mais violentas no Brasil.

o desastre dessa tentativa de golpe foi resultado de muita resistência institucional e organização social aos embargos de Jair Bolsonaro. Em seus ataques às instituições democráticas do Estado, o bolsonarismo corrompe a cada dia as duas dimensões fundamentais da poliarquia³ brasileira.

3 O conceito e a configuração de Segurança e Defesa

A política de defesa reconhece que, após longo período livre de conflitos externos que tenham afetado diretamente o território e a soberania nacional, a sociedade brasileira tem a "percepção desvanecida das ameaças, tendo em vista seu caráter difuso e mutante" (Ministério da Defesa, 2016, 13). Nesse sentido, o país concebe sua Defesa Nacional a partir do seguinte princípio:

XV. estimular o fundamental envolvimento de todos os segmentos da sociedade brasileira nos assuntos de defesa, para o desenvolvimento de uma cultura participativa e colaborativa de todos os cidadãos (Ministério da Defesa, 2016, 21).

A PND, baseada na Constituição Federal, também se alinha às normativas de governo, evidentemente com diretrizes de política externa brasileira. Sendo assim, com a ruptura da noção de que a defesa nacional compete somente ao âmbito militar, reforçou-se a percepção constitucional no tocante à organização político-administrativa do Estado – competência exclusiva da União – de combinar esforços para "assegurar a defesa nacional" (Casa Civil da Presidência da República, 1988). Quando se investiga o conceito de defesa nacional, é imprescindível reconhecer que esta não mais pertence à tarefa reservada das Forças Armadas e dos organismos de segurança pública; pelo contrário, essa nova configuração, agora, alcança o comprometimento das demais instituições de poder, da academia e da própria sociedade. Segundo o ex-embaixador Celso Amorim,

Essas questões não são questões só de governo; elas são questões da sociedade. É preciso que a sociedade tenha a percepção da importância da Defesa. Porque entre Defesa e democracia não há contradição. Pelo contrário, Defesa e democracia andam juntas. E quanto mais se debatem, quanto mais se discutem os rumos da nossa Defesa, mais apoio nós teremos (Amorim, 2016, 35-36).

Nessa perspectiva, o Estado de Direito Democrático posiciona a Defesa Nacional em um escopo muito mais abrangente, pois o limite de atuação da Defesa não se refere somente à proteção das Forças Armadas para potenciais ameaças e perigos externos ou internos que possam ferir o Estado brasileiro. Atualmente, o conceito de defesa nacional, estabelecido pela Constituição Federal de 1988, possibilita uma interpretação jurídico-social cada vez mais ampla, enquadrando-se em conjunto com os deveres que o poder público tem para solucionar conflitos e tensões que, dependendo de sua escala, determinam e corroboram para a vulnerabilidade do país, seja de caráter externo como disputas com outras nações ou problemas sociais endógenos, oriundos de antagonismos da própria sociedade. Nesse contexto,

A existência de uma infraestrutura adequada contribui decisivamente para a unidade nacional e a integração territorial, permitindo o desenvolvimento, o acesso a pontos estratégicos do território, além da tempestiva mobilização e o oportuno apoio logístico para a Defesa Nacional (Ministério da Defesa, 2016, 14).

Se por um lado o conceito de defesa tem seus objetivos e atores ampliados, do outro, o de segurança também reflete a mesma tendência. De acordo com a PND (Ministério da Defesa, 2016, 11), a noção de segurança nacional pode ser entendida como a "condição que permite a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, a despeito de pressões e ameaças de qualquer natureza". A Segurança Nacional, dessa forma, contribui juntamente com a Defesa e atua conforme a política

³ De acordo com Dahl (2005), considera-se a democratização como formada por pelo menos duas dimensões: contestação pública e direito de participação. Dessa forma, "as poliarquias podem ser pensadas então como regimes relativamente (mas incompletamente) democratizados, ou, em outros termos, as poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública" (Dahl, 2005, 31).

brasileira, preparando o Estado para o emprego pleno do Poder Nacional em especial, o militar garantindo, assim, sua capacidade de dissuasão.

São consideradas Capacidades Nacionais de Defesa (CND) aquelas compostas por distintas parcelas das expressões do Poder Nacional, apropriadas para assegurar a eficiência da Defesa Nacional, tanto em tempos de paz ou de conflito, conforme exposto no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) (Ministério da Defesa, 2020). Elas são usufruídas, em sua maioria, por meio da colaboração coordenada de organismos governamentais e, quando necessário, de entidades privadas orientadas para a defesa e segurança no seu conceito mais amplo. De acordo com esse documento, as CND são capacidades

(...) que o País dispõe para gerar efeito dissuasório e respaldar a preservação dos interesses nacionais, compatível com sua estatura político-estratégica e com as atribuições de defesa do território, das águas jurisdicionais, da plataforma continental e do espaço aéreo brasileiros. São compostas por diferentes parcelas das expressões do Poder Nacional e implementadas por intermédio da participação coordenada e sinérgica de órgãos governamentais e, quando pertinente, de entes privados orientados para a defesa em seu sentido mais amplo (Ministério da Defesa, 2020, 189).

Assim sendo, como supramencionado, a Capacidade de Dissuasão demonstra ser peça-chave para a Segurança Nacional, uma vez que "tem como propósito desestimular possíveis agressões" (Ministério da Defesa, 2016, 37). Dessa forma, ela não compreende somente a disponibilidade e prontidão dos recursos militares necessários, mas também da manutenção de Forças Armadas bem aprestadas, equipadas e integradas. Portanto, o foco principal da política de defesa e, conseqüentemente da dissuasão, consiste na posse de adequadas capacidades militares e na antecipação de agressões ao patrimônio brasileiro ou ações que afetem mesmo que indiretamente os interesses nacionais. Dessa forma, a dissuasão "é a estratégia primária da política de defesa brasileira. E defesa, volto a

repetir, não se delega." (Amorim, 2016, 81).

Conjugam-se, assim, três novas dimensões essenciais para a compreensão dessa análise: a Capacidade de Coordenação e Controle, a Capacidade de Pronto-Resposta e a Capacidade de Gestão da Informação. A primeira planeja viabilizar, em qualquer cenário, a coordenação entre os múltiplos organismos governamentais e encontra-se assentada sob o "domínio e a integridade do tráfego de informações". A segunda, a Capacidade de Pronto Resposta, demonstra ser a competência de empregar o Poder Nacional em resposta a ameaças manifestas. Procura "prevenir o agravamento de uma situação de crise ou encerrar, de forma célere, uma contenda já deflagrada" (Ministério da Defesa, 2016, 37), resguardando o envolvimento do país em um longo conflito armado. A última capacidade, diferentemente, procura assegurar o recebimento, a construção e a disseminação dos conhecimentos necessários no processo de formulação de condutas estratégicas no campo da Defesa Nacional. Nesse sentido, o emprego dessa Capacidade é fundamental em situações de crise político-estratégica e, na seara militar, opera vinculada à logística das Forças Armadas, funcionando frente a cenários de emergência – em que existe a possibilidade do uso da força militar. De acordo com o PND, a capacidade de gestão da informação

visa garantir a obtenção, a produção e a difusão dos conhecimentos necessários à coordenação e ao controle dos meios de que dispõe a Nação, proporcionando o acesso à Inteligência aos tomadores de decisão e aos responsáveis pelas áreas de Segurança Pública e de Defesa Nacional, em todos os escalões. O Sistema Brasileiro de Inteligência – Sisbin é sua estrutura principal (Ministério da Defesa, 2016, 77).

Dessa forma, defesa e segurança nacionais são temáticas pertinentes na estruturação político-administrativa de qualquer Estado e, conseqüentemente, nas suas instituições nacionais⁴. O amadurecimento dessas políticas ainda se

⁴ É imperioso ressaltar, neste momento, o entendimento da expressão 'instituições nacionais'. O termo, à luz de Ferreira Filho, significa que, embora pertencentes ao Poder Executivo, estas forças devem servir em primeiro lugar à Nação, e afirma: "Constituem não um instrumento do governo e sim uma garantia da Pátria" (Ferreira, 2000, 142).

encontra em fase embrionária; no entanto, as novas formulações de diretrizes de estratégias fundamentadas pelo Livro Branco de Defesa Nacional e PND e pela Estratégia Nacional de Defesa (END) colocam o tema em uma agenda prioritária do Estado brasileiro e o transborda para toda sociedade civil. Em palavras da ex-presidente Dilma Rousseff, esta "precisa compreender que os temas de defesa não são exclusividade dos militares" (Rousseff, 2011, on-line).

4 A (des)ordem das Forças Armadas e a atuação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR)

As Forças Armadas brasileiras, em especial, o Exército, exerceram um papel fundamental durante a vivência republicana no país. Ultrapassando o âmbito da defesa externa, as Forças Armadas aplicam esforços em múltiplas áreas de atuação, em ações de apoio a órgãos federais, municipais e estaduais. Dessa forma, as palavras do general Rui Monarca da Silveira foram lembradas em um livro organizado por Almeida Pinto, Ramalho da Rocha e Pinho da Silva, 2004, 221). Segundo ele, o Exército Brasileiro entende Defesa Nacional como sendo "o conjunto de ações do Estado, com ênfase na aplicação da expressão militar, para a proteção do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças externas".

Infere-se, portanto, que as Forças Armadas são precipuamente – mas não exclusivamente – os instrumentos de defesa do Estado brasileiro, o que não exclui o apoio aos órgãos institucionais especificamente voltados para a segurança pública. A vertente preventiva da defesa brasileira reside na valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos, baseada na existência de uma estrutura militar com credibilidade, capaz de gerar efeito dissuasório.

As Forças Armadas, no que concerne à execução de suas responsabilidades previstas por lei, quais sejam "a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem" (Casa Civil, 1988, 90), operam vinculadas diretamente à Defesa Nacional, inclusive, em sua extensão fron-

teiriça. Essa interpretação constitucional – prevista no Artigo 142 – encontra apoio na ideia de uma ética militar superior, na qual imprime a noção das Forças Armadas como um órgão civilizado, honesto, leal e patriota em sua essência. Dessa forma, teriam a competência para o emprego de um poder moderador que, politicamente, foi respaldado pelo antigo presidente Jair Bolsonaro, em suas palavras: "Nas mãos das Forças Armadas, o poder moderador. Nas mãos das Forças Armadas, a certeza da garantia da nossa liberdade, da nossa democracia, e o apoio total às decisões do presidente para o bem da nação" (Bolsonaro, discurso presidencial, 2021, on-line).

Durante toda a história do Estado brasileiro, inúmeras Constituições tentaram definir e prenunciar o uso das Forças Armadas na defesa do país, distinguindo sobre seu propósito e autonomia. Entretanto, todas essas Constituições apresentaram um elemento em comum: a subordinação das Forças Armadas ao chefe do Poder Executivo, demonstrando a estreita relação entre o regime presidencialista e o papel exercido por elas. Em razão disso, observa-se que, quanto mais autoritário o presidente, maior a área de atuação concedida para a instituição e, simultaneamente, maior sua agressividade; exemplo disso ocorreu durante o Brasil ditatorial. Nesse sentido, sob a lente de análise de Lowy (2015, 663) – que procurou estudar a ascensão do conservadorismo e da extrema direita no continente europeu e no Brasil – o denominado apelo militar se torna indispensável para compreendermos o processo político brasileiro. A convocação de uma intervenção militar (como vista em 8 de janeiro) e a idolatração reacionária da ditadura militar é, sem dúvida, o "aspecto mais sinistro e perigoso da recente agitação de rua conservadora no Brasil". Ainda sobre a análise do vínculo íntimo entre o governo Bolsonaro e as Forças Armadas, Reis afirma:

Em uma análise específica da força política do bolsonarismo, cumpre destacar, em primeiro lugar, seu núcleo mais coeso nos aparelhos de segurança formais (forças armadas e polícias) e informais (milícias e bancada da bala). Agrupam-se em torno dos conceitos de

Ordem, de Segurança e de defesa da Pátria (Reis, 2020, 8).

Notoriamente havia, para além da tradição reacionária, uma identificação ideológica dessa instituição com o governo Bolsonaro. Este, evidentemente, não poupou esforços para politizar as Forças Armadas em detrimento de sua missão constitucional – defesa da pátria e garantia da lei e da ordem. Diante disso, a expressão política do general Braga Netto, naquele momento ministro da Defesa, de que os militares estariam em prontidão para intervir nas eleições de 2022 demonstra o comprometimento das Forças Armadas – ou pelo menos boa parte dela – com Bolsonaro e sua desobediência ao Estado Democrático de Direito. Em relação aos atos golpistas no Planalto, observaram-se nítidos esforços, principalmente do Comando Militar do Planalto (CMP), em apaziguar a represália aos manifestantes bolsonaristas. De acordo com a revista Piauí (2023, on-line), o órgão supramencionado exigiu que o governo do Distrito Federal “deixasse em paz os bolsonaristas acampados em frente ao QG do Exército”. Ademais, em concordância com o Relatório Final sobre o incidente redigido por Capelli (2023), destaca-se a tentativa da Polícia Militar do Distrito Federal em desmontar os acampamentos erguidos na Praça dos Cristais que, deliberadamente, foi impedida pelas Forças Armadas:

Desde o fim de 2022, ocorreram ações planejadas com o intuito de desmobilização do acampamento, porém foram canceladas por fatores alheios às forças de segurança do Distrito Federal, sendo algumas operações interrompidas já em andamento e com tropas da segurança pública no terreno, por orientação do Exército Brasileiro (Capelli, 2023, 54).

Vê-se, portanto, que a primeira Capacidade que as Forças Armadas deveriam exercer, a Capacidade de Dissuasão, é ameaçada. Erroneamente, essa instituição não foi capaz de reconhecer que, com a grande mobilização bolsonarista acampada frente ao Quartel General, poderia haver a possível emergência de uma invasão ao Planalto.

Nas palavras de Capelli (2023, 37), o local seria um “centro de planejamento contra a democracia”. A grande questão que surge dessa análise é se, de fato, houve a incompetência das Forças Armadas em reconhecer a ameaça ou se, movidos a partir de sentimentos conspiratórios, a identificaram e, não obstante, permitiram a invasão. Para ambas as perguntas, destaca-se uma única resposta em comum: seja a incapacidade ou negligência das Forças Armadas, o distanciamento da instituição de suas premissas constitucionais pode e deve ser considerado uma ameaça grave à democracia.

Em segunda instância, no que concerne à Capacidade de Coordenação e Controle das Forças Armadas, meses antes do atentado (novembro), ocorreu a primeira tentativa de retirar os manifestantes acampados no Quartel-General (QG). O plano de Segurança Pública do Distrito Federal que se denominava “Operação para a Retirada do Acampamento” foi alterado e intitulado “Operação para Reprimir o Comércio Ambulante” (Revista Piauí, 2023, on-line), evidenciando, em primeiro lugar, o medo por parte do exército do possível vazamento do documento e, consequentemente, a indignação do ex-presidente e seus eleitores. Em segundo lugar, essa atitude ratificou a condescendência das Forças Militares com Bolsonaro, em detrimento de sua transparência com a sociedade civil e seu comprometimento com “a integridade do tráfego de informações” (Ministério da Defesa, 2016, 37).

Outrossim, a Capacidade de Pronta-Resposta das Forças Armadas demonstrou ser ineficaz, uma vez que, horas após a invasão, o Exército ainda se dedicava a proteger os terroristas. De acordo com o relatório elaborado pelo primeiro sargento Beroaldo José de Freitas⁵,

O Patamo Alfa combateu na defesa do Palácio do Planalto e na via N1; ficamos obrigados a recuar mesmo contra nossa doutrina, pois fomos superados de forma desproporcional ao efetivo empregado, que era de dez escudeiros, dois atiradores e três operadores químicos. Durante o recuo, nos aproximamos da guarita do Palácio do Planalto, onde um pelotão do Exército Brasileiro encontrava-se pronto e

⁵ Citação disponível em reportagem de Aguirre Talento (2023) no site da UOL. <https://noticias.uol.com.br/columnas/aguirre-talento/2023/06/24/pm-exercito-8-de-janeiro.htm>

equipado; solicitei ajuda dos mesmos para nos auxiliar contra a turba, mas recebi a seguinte resposta: "Não podemos atuar". Insisti para que pelo menos abrisse a grade/portão de acesso para que o Pelotão de Choque pudesse se abrigar ali e diminuir, mesmo que de forma precária, o ataque ferrenho que enfrentávamos, e, novamente, recebi como resposta que não podiam nos ajudar (Freitas, 2023, on-line).

As Forças Armadas, evidentemente, não foram capazes de garantir a lei e a ordem nos Três Poderes e, atuando de forma autônoma e incoerente aos seus fundamentos, sua Capacidade de Pronta-Resposta foi colocada em risco. Dessa última análise, ressalta-se que não é possível de fato examinar a qualificação dessa instituição nacional de agir em Pronta-Resposta, visto que seu enviesamento político-ideológico e sua negligência frente à defesa e segurança nacional dificultam esse diagnóstico. No entanto, sob essa perspectiva, conclui-se que, no mínimo, as Forças Armadas não atribuíram esforços para "prevenir o agravamento de uma situação de crise ou encerrar, de forma célere, uma contenda já deflagrada" (Ministério da Defesa, 2016, 37).

Por fim, considera-se nessa análise que a Capacidade de Gestão de Informação das Forças Armadas e o papel do GSI/PR estão intimamente ligados. O Gabinete "é o órgão do governo brasileiro responsável pela assistência direta e imediata ao Presidente da República no assessoramento em assuntos de segurança" (Gabinete de Segurança Institucional, 2023, on-line). O ex-presidente nunca escondeu seu alinhamento político com boa parcela dos militares, evidência disso foi a nomeação do General Marco Edson Gonçalves da Silva como Ministro do Gabinete, que, encastelado no órgão, conspirava em conjunto com Bolsonaro contra a presidência do governo petista. A militarização do Gabinete e a partidarização das Forças Armadas (ambos produtos do governo de Jair Bolsonaro) tornou as duas instituições epicentros de planejamentos golpistas que, notoriamente, culminaram no atentado do dia 8 de janeiro em Brasília. Dessa forma, era função do GSI/PR e das Forças Armadas preverem, a partir das informações fornecidas pelas agências de inteligência civis e militares, a

extremização daqueles acampamentos e, com isso, a repressão de qualquer tentativa de golpe.

O ex-ministro desempenhou incorretamente sua função e foi incompetente em relação à sua capacidade de ordenar a evacuação do Planalto e realizar a apreensão dos criminosos. Seja essa incapacidade intencional ou não, a grande raiz do problema talvez não demonstre ser a conduta dos militares, mas sim sua instrumentalização do Gabinete. Por isso, nessa análise, não se pode considerar que o GSI/PR "falhou", pelo contrário, o órgão deliberadamente reconheceu que sua função servia apenas para a defesa da instituição militar e assim o fez. Diante disso, o reaparelhamento das Forças Armadas e do Gabinete é pauta seriamente urgente, posto que, servindo como berços de militares inconformados com a derrota nas urnas, as instituições atemorizam a prematura democracia brasileira.

5 Considerações finais

Em conclusão, pode-se afirmar que o Brasil de 2022-2023 se encontrou e ainda se encontra em uma conjuntura especial, na qual a parcela bolsonarista, insatisfeita com a posse do governo Lula, atenta não somente contra a administração petista, mas também contra a democracia. Dessa maneira, órgãos como as Forças Armadas demonstram-se incoerentes ao seu papel constitucional de "garantia da lei e da ordem" (Casa Civil, 1988, 78) e aumentam, ainda mais, o ceticismo sobre suas motivações. Atualmente, o discurso de Amorim parece não corresponder mais à realidade

A liderança civil das Forças Armadas é hoje uma realidade não contestada. A ela correspondem, com igual naturalidade, a valorização e o respeito do profissionalismo militar (Amorim, 2014, 23).

Assim, o GSI/PR e as Forças Armadas pavimentaram o atentado aos Três Poderes. Mantendo por diversos meses os manifestantes frente ao QG, ambas instituições não procuraram assegurar o recebimento, a construção e a disseminação dos conhecimentos necessários para a formulação de estratégias de defesa, premissa basilar da

Capacidade de Gestão de Informação. A estrutura do Gabinete deve ser repensada ou, em uma conjuntura radical, extinta. As duas instituições abrigam militares de extrema direita que, declaradamente, flertam com o fascismo; assim, tornar esses dois órgãos novamente aparelhos de Estado e não de governo é de suma importância. O atentado fascista de 8 de janeiro só foi possível porque houve uma ação orquestrada das cúpulas das Forças Armadas, sobretudo do Exército, para desmobilizar as condições de defesa nacional e do poder civil e, conseqüentemente, sujeitá-los à invasão. Evidentemente, as premissas de Defesa e Segurança Nacional demonstram ser lentes que evidenciam diversos pontos de estrangulamento em relação à capacidade atual do Estado em prevenir ou remediar conflitos internos. Essa incapacidade é reflexo direto do processo de militarização das estruturas democráticas presentes no Brasil e das decisões de Jair Bolsonaro em tornar a Estratégia de Defesa e Segurança Nacional uma política de governo e não de Estado.

Por fim, aqui, não se pretendeu indicar caminhos para os quais o Brasil deveria tomar, mas sim despertar o interesse sobre um assunto de indiscutível relevância na atualidade. Essa análise procurou estimular o debate construtivo sobre os Estudos Estratégicos de Defesa e representa uma significativa contribuição de resposta a esse estímulo, para que, assim, "possamos, com a unidade entre Forças Armadas, sociedade civil e Parlamento, construir a defesa de que o Brasil necessita" (Amorim, 2014, 204).

Referências

Almeida Pinto, J. R., Antonio J. Ramalho da Rocha e Roberto D. Pinho da Silva (Orgs.). 2004. *Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. 1-221. Brasília: Ministério da Defesa - Secretaria de Estudos e de Cooperação.

Amorim, Celso. 2014. Conferência de Abertura. *Estratégias de Defesa Nacional: desafios para o Brasil no novo milênio*, organizado por Perpétua Almeida e Luciana Acioly, 22-40. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Amorim, Celso. 2016. Defesa: um diálogo nacional. *A grande estratégia do Brasil: discursos, artigos e entrevistas da gestão do Ministério da Defesa (2011-2014)*, editado por Celso Amorim, Antonio Jorge Ramalho da Rocha, Ibrahim Abdul-Hak Neto Luiz Feldman e Pérola Abreu Pereira, 1-400. Brasília: FUNAG; São Paulo: Unesp.

Boito Jr., Armando. 2021. O caminho brasileiro para o fascismo. *Caderno CRH* (34): 1-24. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.35578>

Bolsonaro, Jair M. 2021. Discurso presidencial em cerimônia de promoção de oficiais-generais. *Estado de Minas*, 12 ago. 2021, Política. https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/12/06/interna_politica.1328797/bolsonaro-nao-vou-dizer-que-no-meu-governo-nao-tem-corrupcao.shtml

Capelli, Ricardo. 2023. *Relatório sobre os fatos ocorridos no dia 08 de janeiro de 2023*. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Gabinete do Interventor Federal. <https://static.poder360.com.br/2023/01/1-RELATORIO-FINAL.pdf>

Casa Civil da Presidência da República. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988* de 20 de jan. 2024, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

_____. 2005. *Decreto n. 5.484. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências*, 30 de jun. 2005, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm

Dahl, Robert. 2005. *Poliarquia: participação e oposição*. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Ferreira, Manoel G. F. 2000. *Comentários à Constituição Brasileira de 1988*. v. 1. São Paulo: Editora Saraiva.

Freitas, Beroaldo. 2023. In PMs dizem que Exército se recusou a combater invasão do Planalto no 8/1. *UOL*, 24 jun. 2023. Coluna de Aguirre Talento. <https://noticias.uol.com.br/colunas/aguirre-talento/2023/06/24/pm-exercito-8-de-janeiro.htm>

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR). 2023. <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/sisp/guia-do-gestor/seguranca-e-privacidade/orgao-que-atuam-com-privacidade-e-seguranca/gabinete-de-seguranca-institucional-da-presidencia-da-republica-gsi-pr>

Gil, Antônio C. 2007. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas.

Lowy, Michael. 2015. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social e Sociedade* (124): 652-664. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.044>

Ministério da Defesa. 2016. *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*, atualizado em 21 de fev. de 2024, https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1pdf

Ministério da Defesa. 2020. *Livro Branco de Defesa Nacional*. 1-98. https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro-branco-congresso-nacional.pdf

Nunes, Felipe. 2022. Felipe Nunes destrincha as pesquisas sobre o humor do eleitor Entrevista por Olímpio Cruz Neto e Pedro Camarão. *Fundação Perseu Abramo* (68): 6. https://fpabramo.org.br/focusbrasil/wp-content/uploads/sites/11/2022/07/Focus_23Jul2022.pdf

Petrarca, Fernanda R. 2021. Uma Janela no Tempo: a ascensão do Bolsonarismo no Brasil. *Revista Tomo* 38(1): 339. <https://doi.org/10.21669/tomo.vi38.14356>

Reis, Daniel A. 2020. Notas para a compreensão do bolsonarismo. *Estudos Ibero-Americanos* 46(1): 1-11. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2020.1.36709>

Rennó, Lucio, Barry Ames. 2014. PT no purgatório: ambivalência eleitoral no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010. *Opinião Pública* 20(1): 1-25. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762014000100001>

Revista Piauí. *Como se deu o suporte dos militares ao golpismo de 8 de janeiro*. 02 jun. 2023. UOL. <https://piaui.folha.uol.com.br/como-se-deu-o-suporte-dos-militares-ao-golpismo-de-8-de-janeiro/>

Ringe, Nils e Lúcio Rennó. 2022. Populists and the Pandemic: How Populists Around the World Responded to COVID-19. In *Populists and the Pandemic: How Populists Around the World Responded to COVID-19*, editado por Nils Ringe e Lucio Rennó, 22-39. London: Routledge.

Rousseff, Dilma. 2011. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de apresentação das insígnias das Ordens do Mérito da Defesa e das Forças Armadas. *Biblioteca da Presidência da República*, 5 de abril de 2011.

Santos, Alliston F. N. 2022. Entre o sagrado e o profano: quem é o escolhido de Deus? A participação da direita religiosa na trajetória das eleições presidenciais nos anos de 1989, 2018 e 2022. In *Seminário Nacional de Sociologia da UFS*, 4., 2022, São Cristóvão, SE. Anais [...]. São Cristóvão, SE: PPGS/UFS. <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/17006>

Singer, André. 2021. A reativação da direita no Brasil. *Opinião Pública* 27(3): 705-729. <https://doi.org/10.1590/1807-01912021273705>

Struck, Jean-Philip. 2022. Violência política marca eleição de 2022. *Deutsche Welle (DW Brasil)*, 29 out. 2022, Política. <https://p.dw.com/p/4lpJP>

Igor Vieira de Almeida Araújo

Graduando do 7º período de Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa. Membro do Grupo de Estudos Estratégicos da América Latina (GEELAm) e do Núcleo de Análise de Política Externa Brasileira (NaPEB).

Rafael Balardim

Professor Adjunto de Relações Internacionais da UNI-PAMPA (Universidade Federal do Pampa) e Coordenador do GEELAm (Grupo de Estudos Estratégicos Latino-Americanos) e do NaPEB (Núcleo de análise de Política Externa Brasileira).

Endereço para correspondência

IGOR VIEIRA DE ALMEIDA ARAÚJO

Rua Dr. Elbios Gonçalves, 83

Hidráulica, 97574-340

Santana do Livramento, RS, Brasil

RAFAEL BALARDIM

R. Barão do Triunfo, 1048

Centro, 97573-634

Sant'Ana do Livramento, RS, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Mais H Consultoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.